

ainda asseguraram o empenho no aprofundamento da sua contribuição no mecanismo do Fórum de Macau, comprometendo-se a fazer um melhor acompanhamento para a concretização das metas e objectivos, acordados durante a Conferência, atingir um novo patamar tendo em conta a contribuição de Macau como plataforma, assim como, intensificar a integração das relações económicas e comerciais bilaterais e multilaterais.



**Cerimónia de inauguração da V Conferência Ministerial do Fórum (Macau)**



**O Primeiro-ministro, Li keqiang, discursa na cerimónia de inauguração da V Conferência Ministerial do Fórum (Macau)**

## **Governo da RAEM Divulga Plano Quinquenal e Define o Desenvolvimento Sócio-Económico**



O “Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM (2016-2020)”, o primeiro planeamento do desenvolvimento de médio e longo prazo elaborado pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau, foi formalmente divulgado a 8 de Setembro de 2016. Esta é a primeira vez, desde o retorno de Macau à Pátria, que o Governo da Região Administrativa Especial de Macau esboça o esquema e aponta a direcção para o desenvolvimento sócio-económico de Macau.

Graças às vantagens institucionais de “um País, dois Sistemas” e ao apoio total do Governo Central, verificou-se, em Macau, um rápido desenvolvimento sócio-económico e uma melhoria significativa do nível da qualidade de vida da população de Macau. O Governo da Região Administrativa Especial de Macau sempre aproveitou as oportunidades de desenvolvimento

para aprofundar a cooperação regional e integrar o desenvolvimento nacional. O “Plano de Desenvolvimento Quinquenal da RAEM (2016-2020)”, que foi elaborado em articulação com o “Décimo Terceiro Plano Quinquenal Nacional”, clarificou as metas, caminho e perspectiva a seguir por Macau no sentido de valorizar as suas vantagens únicas na estratégia do desenvolvimento nacional e de promover a construção de “Um Centro, Uma Plataforma”. Tal como o Chefe do Executivo, Chui Sai On, apontou, a elaboração do Plano foi um acto necessário e activo face à nova situação, destinado a promover, de forma pragmática, a construção da RAEM e a organização coordenada do futuro desenvolvimento de Macau através do planeamento global.

O Chefe do Executivo, Chui Sai On, indicou que este primeiro plano geral de desenvolvimento futuro de Macau tem como objectivo principal responder às exigências de desenvolvimento a curto, médio e longo prazo, constituindo um planeamento estratégico de relevância para sistematizar, democratizar e aperfeiçoar a acção governativa. Nos próximos cinco anos, a situação geral será estável e a qualidade de vida da população é prioritária. O Governo está determinado em conjunto com a população, em envidar os esforços para a promoção da construção de “Um Centro, Uma Plataforma”, aumentar a competitividade, e articular o Plano de Desenvolvimento da RAEM com o Plano de Desenvolvimento Nacional e com as normas e níveis internacionais avançados, promovendo a melhoria constante da qualidade de vida da população.

## Confirmação da posição de Macau no seu crescimento futuro

O Plano clarificou o posicionamento de Macau no futuro desenvolvimento, tendo como principal objectivo a construção do “Centro Mundial de Turismo e Lazer”. O Plano, que é elaborado em capítulos, como o reservado às Estratégias, Vida da População, Desenvolvimento e Boa Governança, descreve as perspectivas para o desenvolvimento sócio-económico de Macau nos próximos cinco anos e formulou as metas concretas, normas de avaliação e respectivas políticas de garantia.

Com muito empenho e esforço para a construção de “Um Centro”, o Plano define setes objectivos principais a alcançar nos próximos cinco anos: desenvolvimento estável da economia global; novos avanços na optimização da estrutura industrial; formação gradual de um sector alargado de turismo de lazer; aumento constante da qualidade de vida da população; desenvolvimento contínuo da cultura e da educação; resultado notório na protecção ambiental, aumento da eficiência do Governo; e reforço da construção do Estado de Direito.

O cerne deste Plano está na construção de uma cidade com condições ideais de habitação, de trabalho, de mobilidade, de entretenimento e de recreação, pelo que o capítulo relativo à vida da população assume um peso relativamente grande. Assim, o Governo da RAEM atribuiu a prioridade às questões relativas às condições de habitação, pretendendo-se atingir esta meta através da solução das questões mais prementes, designadamente as que se referem aos terrenos, à construção de infraestruturas e ao trânsito. O capítulo Vida da População conta com duas partes, nomeadamente a “Aceleração da Construção da Cidade Propícia à Habitação” e o “Fortalecer o Bem-estar da População”. Na primeira parte está incluída a criação da reserva da terra e o aperfeiçoamento do planeamento urbano; impulso da construção infraestrutural; a

criação de um ambiente propício à mobilidade e à construção da cidade inteligente; o reforço da protecção ambiental e a generalização da ecologia; e o aumento do grau de gestão de crises e a construção de instalações da denominada cidade segura. Na segunda parte, estão abrangidos os assuntos relativos ao bem-estar da população, nomeadamente o emprego, o ensino, a vida e os benefícios dos residentes, o envelhecimento da população e os cuidados médicos.

Os residentes em geral de Macau estão atentos às questões referentes aos terrenos e à distribuição das habitações. De acordo com o Plano Quinquenal, o plano urbanístico geral será concluído em 2019. Pretende-se melhorar a gestão dos terrenos e atendendo à relevância e à urgência dos projectos, as diversas infraestruturas serão construídas de forma coordenada, no sentido de promover um equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a protecção ambiental e cultural. Quanto à habitação pública, foram definidas as metas da construção de fracções de habitação pública. Como plano de curto e médio prazo, serão construídas 4600 fracções de habitação pública, e o projecto de habitação pública sita na Avenida Wai Long, na Taipa, abrange a construção de mais de oito mil fracções. Como plano de longo prazo está prevista a construção de cerca de 28 mil fracções de habitação pública, na Zona A dos novos aterros urbanos. No que diz respeito aos transportes, a prioridade consiste em promover o planeamento e a construção de três empreendimentos, nomeadamente, o metro ligeiro, o novo posto fronteiriço entre Guangdong e Macau e a quarta ligação Macau-Taipa.

Ao pensar no desenvolvimento económico de Macau nos próximos cinco anos, o sector do jogo permanecerá ainda uma das indústrias pilares, pois o sector turístico e o do jogo continuam a ser a fonte principal das receitas de Macau, pelo que o Governo da RAEM pretende propor o desenvolvimento coordenado da indústria do jogo e do sector não-jogo. Aproveitar o pleno uso dos recursos existentes na indústria do jogo para promover o crescimento de elementos não-jogos e valorizar o papel nuclear e impulsor que a mesma indústria desempenha, enquanto locomotiva de desenvolvimento de sectores extensivos relacionados. Pretende-se ainda subir as receitas das actividades não-jogo que fazem parte das concessionárias de exploração dos jogos de fortuna e azar, de 6,6 por cento do total das receitas do jogo, registadas em 2014, para nove por cento ou mais, em 2020. Ao mesmo tempo que se impulsiona o desenvolvimento saudável da indústria do jogo, será mantida a sua dimensão adequada, e será promovido o crescimento das componentes não-jogo. Espera-se que o desenvolvimento económico geral possa conseguir um avanço no decurso do desenvolvimento da diversificação adequada da economia e da cooperação económica regional.

## Articular com o planeamento global de desenvolvimento nacional

Através de um capítulo independente, são focadas várias questões, designadamente a articulação com o “Décimo Terceiro Plano Quinquenal Nacional”, a participação na estratégia nacional «Uma Faixa, Uma Rota», e a construção da «Plataforma de Serviços para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa», o que demonstra que o processo de construção de Macau como cidade propícia para habitar, inteligente, saudável, segura, cultural, e com boa governação, não pode deixar de depender do forte apoio da Pátria.

De facto, a Pátria é o firme suporte do desenvolvimento económico e o garante da melhoria de qualidade de vida da população de Macau, enquanto o aprofundamento da cooperação regional constitui a poderosa força motriz para a promoção da diversificação económica de Macau. Só com uma articulação consciente com o plano global de desenvolvimento nacional, Macau pode promover, de maneira mais eficaz, o seu desenvolvimento económico e social sustentável.

O Plano defende que, ao adoptar como ponto principal a cooperação Guangdong-Macau e abraçar a experiência-piloto para aprofundar as cooperações regionais, o Governo da RAEM deve olhar para o interior da China a nível económico, pelo que atribuirá muita importância à cooperação com a faixa económica do rio Yangtzé e participará em conjunto com a província de Jiangsu na construção do “Parque de Cooperação Jiangsu-Macau”, aproveitando eficazmente as oportunidades de desenvolvimento, com vista a explorar os caminhos da diversificação adequada da economia.

Sendo “Uma Plataforma”, Macau pode prestar serviços profissionais de mediação entre a China e os países de língua portuguesa, promovendo a cooperação de benefício mútuo entre o interior da China, Macau e os países de língua portuguesa e o seu desenvolvimento comum. Pretende-se que as trocas comerciais entre Macau e os países de língua portuguesa possam registar, em 2022, um aumento de dez por cento em relação ao montante total de 600 milhões de patacas, registado em 2015. Para além disso, desenvolvendo ao máximo as vantagens que Macau oferece, nomeadamente em termos de posição geográfica, línguas, culturas e indústrias, participa-se intensamente na cooperação realizada no âmbito da iniciativa da «Uma Faixa, Uma Rota» nas áreas de turismo, nas convenções e exposições, bem como nos serviços comerciais.

O texto do Plano foi elaborado com base nas opiniões dos residentes. O Governo da RAEM iniciou a elaboração deste Plano Quinquenal em 2015, tendo procedido, desde então, a estudos preliminares, à recolha da opinião pública, por duas ocasiões, e à auscultação de pareceres de ministérios e comissões estatais do País, tornando o teor do Plano mais enriquecido e fazendo com que o projecto do Plano aumentasse de volume, ou seja dos iniciais 37 mil caracteres passou para mais de 48 mil e o número de quadros demonstrativos de 24 para 27. O Plano será implementado de forma imediata e o Governo tenciona criar um mecanismo de fiscalização, avaliação e de ajustamentos e introduzir a avaliação por terceiros, com vista a uma concretização mais eficaz deste Plano.

O Plano Quinquenal é um esquema geral do desenvolvimento sócio-económico para os próximos cinco anos e constitui as linhas de acção a seguir pelo Governo da RAEM e pela população em geral. É uma estratégia importante para alcançar o objectivo de “esforço conjunto e prosperidade partilhada”. O Chefe do Executivo salientou que o Plano Quinquenal tem uma natureza geral e apresenta macro perspectivas, baseadas nos princípios de “ter por base a população”, “da tomada de decisão política baseada em critérios científicos” e de “impulsionar o desenvolvimento pessoal”. Este eixo mostra que no processo de acção governativa, o Governo tem vindo a persistir nos lemas do desenvolvimento da economia e da melhoria da qualidade de vida da população, considerando o aumento do bem-estar dos residentes como ponto de partida e de chegada para a elaboração e execução deste Plano. Já que o Plano pertence a toda a população, é necessária a sua participação. O Governo irá, junto da população, aumentar constantemente a competitividade global para alcançar o objectivo de construção conjunta e de partilha comum.

## Estudo sobre o plano de aproveitamento e desenvolvimento das zonas marítimas

Em Dezembro de 2015, o Conselho de Estado definiu 85 quilómetros quadrados de áreas marítimas sob a jurisdição da RAEM e as suas delimitações terrestres e marítimas, criando um espaço mais amplo para o desenvolvimento diversificado e adequado da economia de Macau. Foi criada, a 4 de Julho de 2016, a Comissão de Coordenação da Gestão e do Desenvolvimento da Área Marítima, presidida pelo Chefe do Executivo, com vista a acelerar a gestão e o aproveitamento dos 85 quilómetros quadrados de área marítima. Simultaneamente foi dado início ao estudo relativo ao “Plano de aproveitamento e desenvolvimento das zonas marítimas da Região Administrativa Especial de Macau (2016-2030)”.

O Governo da RAEM atribui muita importância ao trabalho de gestão da área marítima e empenha-se na administração centralizada da utilização e desenvolvimento das áreas marítimas em articulação com a estratégia de desenvolvimento nacional de «Uma Faixa, Uma Rota», com a meta da acção governativa da construção de “Um Centro, Uma Plataforma” e com o desenvolvimento diversificado e adequado da economia de Macau e a cooperação regional, para cumprir a missão confiada pelo Estado no sentido de utilizar os recursos marítimos de acordo com a lei e de forma científica.



Apresentação geral e conteúdo acrescentado do documento definitivo do Plano Quinquenal

## Plano Científico para o Progresso das Indústrias e Promoção da Diversificação Económica

